

O que entendem por educação ambiental escolas e Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem propostas em conjunto?

What do schools and Organizations of Civil Society which work together understand by environmental education?

Fabiana C. Pioker-Hara

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP; Prog. Pós Graduação em Ensino e História das Ciências da Terra (UNICAMP)
fpioker@gmail.com

Resumo

A Educação Ambiental (EA) no ensino formal é tratada como tema transversal. Para desenvolver programas de EA, muitas escolas contam com apoio de Organizações da Sociedade Civil, por meio materiais educativos, atividades pontuais e até projetos de EA desenvolvidos pelas Organizações em parceria com as escolas. Embora as Organizações tenham grande potencial de capilaridade no meio escolar, a efetividade das propostas de EA junto às escolas carece de avaliação. Pouco se conhece sobre as concepções por trás de tais atividades, bem como sua efetividade enquanto educação emancipatória. Esta pesquisa em andamento objetiva estudar as interfaces entre as Organizações da Sociedade Civil e as escolas nas propostas de EA, para responder se “meio ambiente” e “educação ambiental” são entendidos da mesma forma por escolas e OSCs que se propõem a trabalharem juntas.

Palavras chave: educação ambiental, organizações da sociedade civil, parcerias.

Abstract

The Environmental Education (EE) in formal education is treated as a transversal theme. To develop EE programs, many schools have support from Organizations of Civil Society (OCS) through educational materials, specific activities and even extensive EE projects. Although the OCS may have great penetration capacity in the school environment, the effectiveness of their EE proposals in the schools are in need of assessment. Little is known about the conceptions behind such activities as well as their effectiveness as an emancipatory education. This work in progress aims to study the interfaces between OCS and schools in the EE proposals to respond if "environment" and "environmental education" are understood in the same way by schools and OCS which work together.

Key words: environmental education, organizations of civil society, partnerships.

Introdução

Como disse Paulo Freire, quando se trata de educação, “não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.” (Gadotti, 2003 p. 256). Tratando-se da educação ambiental, poderíamos acrescentar à famosa frase: Onde essa uva foi plantada? Que impacto causou seu plantio ao terreno, às espécies e à vida das pessoas que ali habitavam? Como a uva chegou à mesa? Quais os danos causados pela cadeia produtiva da uva à água, ao ar, ao solo? Todos têm igualmente acesso à uva? O que será feito do descarte dessa uva? Essas questões ilustram a complexidade da educação ambiental, que deve envolver não apenas o caráter preservacionista, mas as dimensões sociais, históricas, políticas e econômicas. É precisamente este o desafio posto à educação ambiental enquanto campo de saber: dar conta de formar cidadãos capazes de compreender as múltiplas dimensões da dinâmica ambiental, suas inter-relações e particularidades, para poder tomar decisões conscientes que afetem à sua própria vida, à sua comunidade e ao planeta. Para Pelicioni & Philippi Jr. (2014), em relação à educação ambiental, “não se trata apenas de entender e atuar sobre a problemática ecológica e na manutenção do equilíbrio ecológico, como ocorreu até a década de 1970. Trata-se, isso sim, de estabelecer as relações de causa e efeito dos processos de degradação com a dinâmica dos sistemas sociais”.

A preocupação com a crise ambiental planetária emerge como resultado do acentuado processo de industrialização, culminando no surgimento de movimentos ambientalistas, dos quais derivaram Organizações da Sociedade Civil (OSCs) tais como o Greenpeace. De início, esses movimentos pautavam suas ações sob um ativismo preservacionista, excluindo o componente humano das áreas que deveriam ser “preservadas para as futuras gerações”, separando homem e natureza. Contrapondo à sociedade em desenvolvimento, progressista e em processo de industrialização, as OSCs e a própria legislação se preocuparam em reservar áreas que deveriam ser preservadas, mantidas isoladas e “a salvo” das pessoas (Saito, 2012).

Paralelamente a esse movimento preservacionista, surgia mundialmente a preocupação com a educação ambiental como ação urgente, algo que deveria ir além das fronteiras disciplinares e da perspectiva puramente naturalista, reconhecendo-se a complexidade da temática. Já em 1968, um estudo da UNESCO propôs o caráter supradisciplinar da educação ambiental, bem como a necessidade da abordagem das múltiplas dimensões do ambiente (Brasil, 1998). Porém, na década de 1970, no Brasil, a educação ambiental ganhava um enfoque naturalista. Ainda que influenciada pelos debates internacionais ocorridos em Estocolmo, em 1972, e em Tbilisi, em 1977, a educação ambiental no Brasil era tratada principalmente com a inserção de tópicos ambientais nos conteúdos do ensino de ciências, principalmente nos conteúdos de ecologia, com alguma integração com a geografia e a educação artística. O enfoque dado ao tema era a ideia de reconexão entre homem e natureza, através da sensibilização, sem muito aprofundamento das questões históricas e sociopolíticas (Saito, 2012). Para o autor, essa diferença se daria principalmente pelo contexto político brasileiro da época, em que o país passava pelo regime militar, a cujos ideais progressistas não interessavam uma sociedade com elevado senso crítico socioambiental.

Já na década de 1980, com o início da abertura política e a redemocratização do país, a educação ambiental passa por um intenso debate sobre sua inserção no ensino fundamental como disciplina específica ou como prática interdisciplinar. A aproximação de muitos educadores com as ideias de Paulo Freire e seu ativismo nos movimentos sociais alimentou o debate sobre a importância de se discutir os problemas ambientais como consequência das relações sociais, abordando o assunto em todas as esferas do ensino (Cavalcanti et al., 2014). O debate culmina com o posicionamento do Conselho Federal de Educação a favor da

interdisciplinaridade da educação ambiental, em 1987, posicionamento acolhido depois pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN; Saito, 2012).

Nos PCN, a educação ambiental é posta como temática interdisciplinar, devendo perpassar as fronteiras disciplinares e compor o currículo escolar como um eixo transversal (Brasil, 1998). Ainda que reconheça que as especificidades dos conteúdos das disciplinas de história, ciências e geografia sejam mais propícias para a abordagem da temática ambiental, os PCNs incentivam o trabalho do tema por todas as disciplinas e um trabalho integrado de toda a escola, para que os alunos desenvolvam uma postura crítica e reflexiva frente aos problemas ambientais locais e globais. A própria Lei 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), reforça o caráter transdisciplinar e transversal da Educação Ambiental, explicitando que o tema não deve ser tratado como disciplina específica. A PNEA coloca como um dos objetivos principais da educação ambiental a promoção de “uma visão mais holística dos problemas socioambientais, preparando a todos os atores sociais envolvidos para participarem de maneira questionadora e ativa da sociedade” (Saito, 2012; Rivelli, 2014).

Para além do ensino formal, a educação ambiental vai se consolidando de maneira transversal em outras esferas políticas e sociais, desde iniciativas para sua promoção em unidades de conservação e a criação de “Salas Verdes” em espaços de educação não formal até o incentivo e fortalecimento de ações educativas promovidas por movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil. Este fortalecimento é reforçado pelas próprias diretrizes da edição 2014 do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que visa, dentre outras, à descentralização espacial e institucional e a democracia e participação social (ProNEA, 2014).

A participação da sociedade civil nas questões ambientais por meio de organizações sociais não é algo recente. As OSCs tiveram um papel importante para os movimentos ambientalistas das décadas de 1960 e 1970, pelo seu protagonismo e ativismo nas discussões da temática ambiental. Mas foi dentro de uma lógica socialdemocrata e neoliberal que elas aumentaram tanto em número como em raio de atuação. Para Harvey (2008), ao preencher um vazio de competência que o Estado não consegue preencher, as OSCs assumem um duplo papel: por um lado, contribuem para o afastamento do Estado de suas responsabilidades constitucionais, na medida em que representam uma terceirização de suas obrigações; por outro lado, ao suprir esse vazio, as organizações dão conta de responder às demandas da sociedade, que não conseguiriam ser supridas exclusivamente por um Estado incapaz de atendê-las. Sorrentino et al. (2005), por sua vez, colocam o Estado como parceiro da sociedade civil, agindo como sede de uma superestrutura em que as políticas públicas seriam decorrentes do diálogo sociedade civil-Estado. Principalmente no que se refere à educação ambiental, o Estado seria um parceiro da sociedade, subsidiando as iniciativas e organizações, não como um Estado mínimo, mas como um “novíssimo movimento social”.

No que pese a discussão acerca do posicionamento político do papel das OSCs frente à dicotomia estado mínimo X participação civil, o fato é que no Brasil as organizações têm tido um forte protagonismo no setor educacional. Ainda assim, são poucos os estudos acadêmicos que se propõem a avaliar o impacto das parcerias escolas-OSCs no âmbito da educação formal para o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos, bem como sobre suas concepções de ensino e os objetivos por trás de suas propostas. A maioria desses estudos focam atuações das Organizações em conjunto com as escolas no âmbito do desenvolvimento sociocultural dos jovens, como os trabalhos de Caetano & Costa (2012), e Iriat & Bastos (2007). Outros discutem as relações das Organizações com o poder público com enfoque sociológico sobre as parcerias público-privadas, tais como os estudos de Peroni (2006) e de Harvey (2008). A pesquisa de Silva (2010), por sua vez, revelou 587 registros sobre Organizações no portal de

teses da CAPES, sendo que a maioria focava o relacionamento e os conflitos entre educação formal e não-formal resultante de atuações das OSCs junto ao público escolar, mas não necessariamente dentro da escola. Efetivamente, conhecemos muito pouco de como as organizações vêm atuando dentro do ambiente escolar e o significado dessa atuação para a educação formal.

Dentro da temática da educação ambiental, a distância entre a prática das parcerias escolas-organizações e o que sabemos delas é ainda maior, dada a imensa variedade de propostas, ações e materiais. Podemos considerar pelo menos dois tipos de organizações que voltam suas ações para a educação ambiental: aquelas ligadas a grandes empresas, que criam ou apoiam iniciativas educativas como cumprimento da legislação ambiental, compensando legalmente a degradação ambiental gerada por sua própria atividade; e aquelas que surgem por iniciativas espontâneas de pessoas que se unem em defesa de uma causa, não ligadas a nenhuma empresa, obtendo recursos principalmente do poder público e da venda de produtos de sua marca. Principalmente as grandes organizações e aquelas ligadas a grandes empresas conseguem uma enorme capilaridade no sistema educacional, podendo tanto contribuir para o real aprofundamento das discussões socioambientais como para sua banalização, relegando o debate a uma visão simplista e meramente conservacionista. Atuando em conjunto com as escolas, é necessário que se questione que tipo de propostas de educação ambiental tais organizações desenvolvem junto ao público escolar e, principalmente, o que entendem por meio ambiente e educação ambiental. Até que ponto as concepções de educação ambiental por trás das propostas das OSCs atendem à proposição do ProNEA de formação de um sujeito crítico, levando em conta as múltiplas dimensões da educação ambiental? E as escolas que desenvolvem parcerias com tais organizações, são atuantes ou receptoras passivas de tais propostas? Como a educação ambiental é entendida pelos atores escolares e pelos atores das OSCs? O objetivo deste trabalho é analisar estas questões.

Metodologia

O trabalho aqui apresentado faz parte de um estudo maior, em que se está avaliando materiais e propostas de educação ambiental produzidos por Organizações da Sociedade Civil para aplicação no ambiente escolar. Nesta presente etapa, está sendo feita uma análise das concepções de educação ambiental e meio ambiente que apresentam gestores escolares, professores do ensino fundamental e médio e participantes de OSCs que realizam atividades de educação ambiental em parceria com escolas. Para isso, foi feito um levantamento inicial de OSCs que atuam em educação ambiental junto às escolas através dos portais da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, cruzando os termos de busca “educação” e “meio ambiente”. Posteriormente, visitaram-se os endereços eletrônicos de cada uma das OSCs e, para aquelas que efetivamente trabalham com educação ambiental e que também atuam junto a escolas, foi feita uma análise documental dos objetivos descritos pelas entidades quanto às concepções sobre educação ambiental e meio ambiente.

Paralelamente a este levantamento, foi realizado um questionário semiestruturado aplicado de maneira virtual, por meio de formulário eletrônico. O formulário, disponível no endereço eletrônico [<https://goo.gl/AsDE6v>], foi divulgado por meio das redes sociais, através da sua publicação em fóruns e grupos de discussão frequentados pelo público alvo. Dentre as questões, foram consideradas para este trabalho aquelas referentes ao tipo de vínculo (gestor de escola, professor de biologia ou ciências, participante ou gestor de OSC ou outro), aos atores envolvidos no planejamento e aplicação de propostas de educação ambiental e duas questões abertas (*O que você entende por meio ambiente?* e *O que você entende por educação*

ambiental).

A análise documental das propostas elencadas dos endereços eletrônicos das OSCs e das questões abertas foi feita através do agrupamento em categorias emersas durante a investigação dos resultados. Para a análise da questão “o que é meio ambiente”, foram elencadas duas categorias: uma que relaciona o meio ambiente ao espaço físico, considerando ou não a biota, mas retirando a dimensão humana da concepção ou colocando o ser humano como algo à parte (categoria 1) e uma que considera o ser humano como parte do meio (categoria 2). Para a questão “o que é educação ambiental”, uma categoria agrupa as concepções ligadas ao preservacionismo puro, à ideia de sensibilização e de “harmonia” ambiental, desconectando os aspectos sociais dos objetivos (categoria 3). A outra, agrupa as concepções que consideram a dimensão social da problemática ambiental, buscando o desenvolvimento do senso crítico dos sujeitos e um protagonismo socioambiental (categoria 4). Optamos assim por simplificar as correntes propostas por Sauv  (2005) em dois blocos: aquelas ligados às concepções de ambiente e educação ambiental vigentes até a década de 1980 (para este trabalho, categorias 1 e 3) e aquelas em consonância com as propostas do ProNEA (categorias 2 e 4).

Resultados e discussão

O levantamento das OSCs pelo portal da ABONG¹ retornou 71 organizações, enquanto o levantamento pelo portal GIFE² retornou 64 fundações e institutos ligados a empresas. Desse total, nove efetivamente realizam atividades de educação ambiental junto a escolas, quatro levantadas pelo portal da ABONG e cinco pelo portal GIFE. Todas as nove apresentam nas suas propostas uma identificação do ser humano como parte do meio ambiente, como o trecho a seguir:

“[...] contribuir para a mudança de paradigma e a percepção de que não estamos sós e que o planeta é a morada de todos os seres vivos; contribuir para um novo olhar sobre o meio ambiente despertando o senso de admiração, pertencimento e respeito pelo local onde vivemos.” Instituto Ecoar, trecho do projeto “Elaboração de material paradidático para escolas do Ensino Fundamental de SP”. [categoria 2]

Em relação à concepção de educação ambiental, os resultados foram bastante semelhantes. De maneira geral, as organizações pesquisadas tendem a incluir a dimensão social nas propostas de educação ambiental:

“[...] A primeira lição aprendida nesse processo foi perceber a importância de articular as dimensões política, pedagógica, ambiental e sociocultural contidas nesta proposta de formação, principalmente pela resposta imediata dos/as jovens quanto ao comprometimento, responsabilidade e doação para o sucesso coletivo.” Instituto Universidade Popular, trecho do projeto Jovens para a Amazônia. [Categoria 4]

“[...] reconhece a Terra como um organismo vivo do qual os seres humanos são parte, portanto reconhece que a sobrevivência do Planeta depende um processo educacional permanente voltado à formação de uma comunidade

¹ <http://www.abong.org.br/associadas.php>

² http://www.gife.org.br/associados_buscarassociados_resultados.asp

global com consciência de pertencimento e interdependência, capaz de reconhecer o que é melhor em termos individuais (pessoais) e coletivos (públicos) e de zelar pela sustentabilidade do ambiente em que vive.” Instituto Paulo Freire, trecho do Projeto Educação para a Cidadania Planetária. [Categoria 4]

Até o momento do fechamento deste texto, havia 15 respostas ao questionário, oito provenientes de agentes escolares (três gestores e cinco professores) e sete provenientes de Organizações (seis participantes e um responsável). Dentre as respostas, apenas um professor, um gestor escolar e um participante de OSC definiram meio ambiente excluindo o ser humano (categoria 1). Todos os demais consideraram o ser humano como parte do ambiente (categoria 2), como exemplificado a seguir:

“Local naturalmente harmônico”. Resposta à questão “O que você entende por meio ambiente?” dada por um gestor escolar; exemplo de resposta da categoria 1.

“É um espaço que compreende aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais onde seres vivos podem interagir entre si direta ou indiretamente com os aspectos físicos.” Resposta à questão “O que você entende por meio ambiente?” dada por um professor; exemplo de resposta da categoria 2.

Já em relação à concepção de educação ambiental, a diferença entre as respostas foi mais pronunciada: a dimensão social e os aspectos socioambientais foram desconsiderados por oito dos participantes (categoria 3), sendo dois gestores, três professores e três participantes de OSCs. Os demais deram respostas agrupadas na categoria 4, como exemplificado a seguir.

“É a ciência que estuda os diversos temas sobre o ambiente de uma maneira geral.” Resposta à questão “O que você entende por educação ambiental?” dada por um professor; exemplo de resposta da categoria 3.

“O ato de estimular a busca pelo conhecimento e identificação das pessoas como parte integrante e dependente da natureza, ciente das consequências de suas ações para o mesmo.” Resposta à questão “O que você entende por educação ambiental?” dada por um participante de OSC; exemplo de resposta da categoria 4.

Quanto ao planejamento e execução das propostas de educação pelas escolas, os gestores responderam que as atividades são planejadas em conjunto pela direção ou coordenação da escola e os professores de todas as áreas. Dentre os professores, dois responderam que as propostas ficam apenas a cargo dos professores de ciências ou biologia, dois responderam que fica a cargo dos professores de todas as áreas e apenas um respondeu que são planejadas por todos os professores em conjunto com a direção ou coordenação da escola. Em relação ao envolvimento das OSCs nessas propostas, as respostas variaram. Dentre os atores escolares, cinco respostas indicaram que a OSC planeja a ação junto com os professores, dois incluíram a direção/coordenação nessa resposta e um afirmou que não há participação de OSC na realização das propostas de EA. Dentre os atores de OSCs, três não envolvem a escola no planejamento das atividades, três envolvem todos os professores e a direção da escola e um faz tanto atividades planejadas com a escola como atividades sem essa participação.

A educação ambiental proposta pelos PCNs e pelo ProNEA exige da escola e dos educadores uma disposição para o trabalho integrado e interdisciplinar, o que muitas vezes existe no Plano Político Pedagógico da instituição, mas não é aplicado na prática. Pelas respostas dos professores, vemos que ainda encontramos casos em que o professor de ciências ou biologia acaba por assumir a responsabilidade pelas propostas de educação ambiental. Por outro lado, vemos também OSCs realizando atividades em escolas sem que haja a participação dos

docentes no planejamento dessas atividades. Fazenda (2011) aponta que a realização de um trabalho interdisciplinar demanda dos professores e da escola uma disposição para o trabalho coletivo, exigindo o exercício de competências intelectuais e emocionais e uma dose de ousadia que muitas vezes esbarram na rigidez da estrutura institucional. Nesse sentido, a existência de propostas e materiais prontos pode ser vista como uma alternativa tentadora por parte dos educadores, sobretudo para aqueles com sobrecarga de carga horária e responsabilidade sobre várias turmas, pela economia de tempo e esforço representada pela iniciativa - a proposta pronta demanda apenas sua aplicação, muitas vezes exigindo do docente apenas auxílio para o controle da classe. Isso gera um distanciamento entre a escola e a comunidade, pois o trabalho de educação ambiental se afasta da ideia de criação de um sujeito crítico para a mera reprodução de atividades que podem ser pontuais, superficiais. Por outro lado, vemos que há propostas que realmente consideram a integração OSC-escola-comunidade tanto no planejamento como na execução das atividades. Cabe uma análise, numa próxima etapa deste trabalho, de quais assuntos são abordados nessas propostas e o quanto elas realmente contribuem para a educação ambiental emancipatória.

É preciso que haja um incentivo para que os professores e gestores escolares busquem a integração entre seus diferentes saberes e busquem a transversalização da educação ambiental, não aceitando propostas prontas das organizações parceiras, mas atuando como protagonistas na elaboração e aplicação de tais propostas. É preciso também que as organizações se disponham a ouvir as escolas e se disponham a construir as propostas colaborativamente, pelo menos em relação às propostas que serão desenvolvidas dentro do ensino formal. Concordo, assim, com Sorrentino et al. (2005), de que a parceria entre o Estado e as Organizações podem refletir um novíssimo movimento social, principalmente no que se refere às interfaces escolas-OSCs para o desenvolvimento de propostas educação ambiental. Desde que, para isso, se busque conhecer as concepções de meio ambiente e de educação ambiental que tais organizações apresentam, para que haja uma consonância de diálogos entre a educação ambiental preconizada pelo ProNEA e a educação ambiental que efetivamente é feita nas escolas, e que os múltiplos atores se disponham ao trabalho conjunto e colaborativo.

Em relação às concepções de ambiente e educação ambiental por trás das propostas das OSCs analisadas, foi uma feliz surpresa que todas considerem a dimensão social em seus projetos e que busquem alinhar suas ações de modo a buscar os objetivos da Carta da Terra e da Agenda 21, mencionadas por cinco das nove OSCs. Será etapa futura deste trabalho, também, o acompanhamento do desenvolvimento de projetos desenvolvidos por OSCs junto às escolas, para avaliar a proximidade ou o distanciamento entre os objetivos dos projetos e sua real execução. Para isso, será ampliada a busca por OSC que atuam junto a escolas através de propostas de EA além do levantamento feito pelos portais da ABONG e do GIFE, bem como de escolas que têm parceria com OSC, a fim de aumentar o leque de instituições pesquisadas e para selecionar um grupo cujas atividades serão acompanhadas por meio de observações e entrevistas. Pretende-se com este trabalho contribuir para o afinamento de ideias entre OSCs e escolas a fim de auxiliar os atores institucionais na construção de programas de educação ambiental emancipatória.

Agradecimentos e apoios

Agradeço aos participantes que responderam ao questionário on-line e auxiliaram na sua divulgação.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Meio Ambiente. MEC/SEF, 1998.

CAETANO, G.N. & COSTA, B.P. Geografia, sexualidades e reconhecimento sociocultural em âmbito educacional: a inserção das demandas sociais da ONG Igualdade/Santa Maria na escola Marieta D'Ambrósio. **Geografia, Ensino e Pesquisa** V. 16, nº1, 2012, p. 9-22.

CAVALCANTI, D.B.; da COSTA, M.A.F. & CHRISPINO, A. Educação ambiental e movimento CTS, caminhos para a contextualização do ensino de biologia. **Revista Práxis**, Ano VI, V. 12, 2014, p. 27-42.

FAZENDA, I.C.A. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. **Interdisciplinaridade** V. 1, nº 1, 2011, p. 10-23.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** Ed. Ática, 8ª ed., 2003. Disp: <http://acervo.paulofreire.org>

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** Sobral, A. & Gonçalves, M.L. (trad.). Ed. Loyola, 2008.

IRIAT, M.F.S. & BASTOS, A.C.S. Uma análise semiótico-sistêmica de diferentes ecologias desenvolvimentais da juventude. **Psicologia em Estudo Maringá** V. 12, nº 2, 2007, p. 239-246.

PELICIONI, M.C.F. & PHILIPPI JR., A. **Bases políticas, filosóficas e ideológicas da educação ambiental.** In Philippi Jr., A. & Pelicioni, M.C.F. (eds.). Educação ambiental e sustentabilidade. Manole, 2ª ed., 2014.

PERONI, V.M.V. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional.** In: Peroni, V.M.V & Pegoraro, L. (orgs.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Ed. da UFRGS, 2006.

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educação ambiental por um Brasil sustentável.** Documentos de referência para o fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Meio Ambiente/ ProNEA. Órgão gestor da PNEA. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. 4ª. ed., 2014.

RIVELLI, E.A.L. **Evolução da legislação ambiental no Brasil: Políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano.** In Philippi Jr., A. & Pelicioni, M.C.F. (eds.). Educação ambiental e sustentabilidade. Manole, 2ª ed., 2014.

SAITO, C.H. **Política Nacional de Educação Ambiental e cidadania: revendo os desafios contemporâneos.** In Ruscheinsky, A. (org.) Educação ambiental - abordagens múltiplas. Penso, 2ª ed., 2012.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In: SATO, M.; CARVALHO, I. M. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, D. M. **ONGs e escolas públicas básicas: competição ou cooperação?** In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, São Paulo. Proceedings online. Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), 2010. Disp: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092010000100006&lng=en&nrm=abn

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. & JUNIOR, L.A.F. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa** V. 31, nº 2, 2005, p. 285-299.